



“E SE ME CHAMAREM DE BICHINHA?! E SE ME CHAMAREM DE SAPATÃO?!” O BULLYING HOMOFÓBICO EM SALA DE AULA

Thales Amaral Santos¹

Marília Soares Nascimento²

RESUMO

A sala de aula é um espaço do encontro das diversidades, em muitos casos é o primeiro contato que a criança tem com diferentes valores do que fora aprendido no ambiente familiar. Quando uma criança não se comporta de acordo com o que padroniza a sociedade, as outras crianças ao redor respondem de forma rápida, por meio de palavrões e agressões diversas. O ambiente escolar como um todo não está preparada para lidar com todas as diversidades que se encontram em seu espaço. Durante a formação de professoras/es, em poucos momentos debate-se sobre a importância da/o professor/a utilizar sua postura como autoridade no intuito de trabalhar todo e qualquer ato de opressão que exista entre estudantes. Este artigo pretende fazer um debate a cerca do bullying com motivação homofóbica e sugere uma intervenção a ser feita com as/os profissionais da educação no intuito de reduzir a homofobia na escola.

Palavras-Chave: Homofobia, Educação, Direitos Humanos, Bullying,

¹ Professor de Sociologia do Ensino Médio. Coletivo EducAtivo. E-mail: santosethales@yahoo.com.br.

² Assistente social. E-mail: mariliasn2@yahoo.com.br.



ABSTRACT

The classroom is a space for the meeting of diversities, in many cases it is the first contact the child has with different values than had been learned in the family environment. When a child does not behave according to what standardizes society, the other children around respond quickly, through profanity and various aggressions. The school environment as a whole is not prepared to deal with all the diversities that are in your space. During the training of teachers, in a few moments, the teacher discusses the importance of using his / her position as an authority in order to work out any and all oppression among students. This article intends to debate bullying with homophobic motivation and suggests an intervention to be made with educational professionals in order to reduce homophobia in school.

Keywords: Homophobia, Education, Human Rights, Bullying,

1. Introdução

“Primeiramente obrigado DEUS! Na segunda (segunda-feira), na saída da Escola Pef Lourdes Maria de Camargo, fui agredido por 5 garotos homofóbicos. Um deles estudava na minha sala. Desde o primeiro dia de aula eu já tinha virado ‘chacotinha’ dele na sala. Comuniquei a direção da escola e como o ‘problema era por eu ser gay’, a diretora me mudou de sala” (O GLOBO, 2017).

Esse é um relato postado nas redes sociais por Lucas Salvattore, um estudante de 18 anos, espancado por 5 jovens, na porta da sua escola em São José dos Campos (SP). O aluno já havia comunicado à direção da escola sobre as agressões verbais sofridas, no entanto, a decisão da escola foi trocar Lucas de turma (O GLOBO, 2017). É claramente um caso de homofobia, no qual alguns colegas, pelo fato de não aceitarem Lucas, agrediram o jovem por ele ter características entendidas como de um homem homossexual.

Esse é apenas um dos vários casos de homofobia dentro das escolas de todo o Brasil. De acordo com a mais recente Pesquisa Nacional de Saúde Escolar (PeNSE), publicada em 2015, aproximadamente 97.405 meninos e 97.140 meninas de todo o Brasil afirmaram que na maior parte do tempo ou sempre se sentiram humilhados por provocações nos 30 dias anteriores à pesquisa, ou seja, um total de 7,4% de todos as/os estudantes brasileiros. Entre estudantes que responderam que raramente ou às vezes se sentiram humilhados por provocações feitas pelos colegas de escola nos 30 dias anteriores à pesquisa, o número sobe para 39,2%. É importante destacar que, por se tratarem de temas sensíveis e que podem trazer vergonha para os respondentes pode haver a subnotificação dos casos.

A sala de aula é um espaço do encontro das diversidades, em muitos casos é o primeiro contato que a criança tem com diferentes valores e visões do que fora aprendido em casa, no ambiente familiar. A escola recebe diversas crianças provenientes de famílias que passaram por vivências diversificadas e em alguns momentos, pode haver conflitos. Um exemplo seria quando uma criança do sexo masculino é criada por uma família na qual não se distingue o rosa como cor específica para meninas e o azul, para meninos, passa por situações de preconceito quando seus colegas, que tiveram uma criação em que as cores azul e rosa estão diretamente relacionadas ao gênero masculino e feminino, respectivamente, pelo simples fato de usar uma peça de roupa cor de rosa. O embate das diferenças ocorre não somente em



relação à homofobia, como o caso do estudante Lucas Salvattore, mas em relação à cor da pele, religião, lugar onde mora, questões relacionadas a papéis de gênero do homem e da mulher etc...

Quando uma criança não se comporta de acordo com o que padroniza a sociedade, as outras crianças ao redor respondem de forma rápida, por meio de palavrões e agressões diversas. É o que acontece com a observação dos papéis de gênero e da sexualidade. Termos como bichinha, veadozinho, mulherzinha são utilizados para os meninos e sapato, bota, caminhoneira, para as meninas. No contexto e na forma como são utilizados acabam por diminuir o valor das pessoas homossexuais. Um estudo da África do Sul nos mostra que as meninas ameaçadas ou abusadas por outros rapazes, que reclamam dessa violência, são constantemente chamadas de “lésbicas”, o mesmo ocorre com os garotos que não apoiam violências contra as mulheres, são chamados de gays (HUMAN RIGHTS WATCH, 2001). É interessante pensar que dentre os diversos xingamentos, os alunos preferem atacar essa forma de sexualidade, e colocá-la em uma posição de inferioridade.

O não respeito às diversidades dentro de sala de aula começou a ser estudado na década de 70, na Suécia. Dan Olweus, um dos pioneiros no estudo e conceituação do bullying identifica um alto índice de suicídio entre estudantes e elabora as primeiras características para se detectar os casos de bullying. Segundo ele, o bullying pode ser identificado por ações repetitivas contra uma mesma vítima, agressões num período prolongado de tempo, desequilíbrio de poder entre agressor e vítima, dificuldade da vítima em se defender, ausência aparente de motivos que justifiquem os ataques e, é necessário que essas ocorrências estejam presentes entre pares, ou seja, entre pessoas de igual posição social hierárquica, relacionada aos privilégios e desprivilégios, como por exemplo, dois estudantes. (ESTEVEES, 2105)

Pinheiro (2006) apresenta o bullying como um problema em diversos lugares do mundo. No entanto, apesar de ser uma questão mundial, os estudos se destacam muito em países como os Estados Unidos e do norte da Europa. A literatura, normalmente, leva em consideração não só a vítima, como também as pessoas agressoras, seu contexto escolar e seu contexto familiar e social. O autor destaca a importância em se diferenciar o bullying de outras formas de violência, uma vez que representa um padrão de comportamento e não um evento isolado.

Entre as formas de se conceituar bullying, Pamela Esteves (2015) apresenta a seguinte definição:



O bullying é um tipo específico de violência escolar entre pares, caracterizado por comportamentos violentos que envolvem atitudes hostis. Essas atitudes podem violar a integridade física e psicológica dos estudantes, mediante práticas agressivas, intencionais, repetitivas e assimétricas. As motivações para o bullying não são racionalmente justificáveis e exprimem sentimentos de intolerância a diferença. Por essas singularidades não podem ser confundidas como simples brincadeiras.

É uma conceituação que aponta à necessidade de se destacar o comportamento do bullying diferenciando outros tipos de agressões e brincadeiras eventuais, possibilitando entender o bullying como um processo de consequências severas para a formação humana tanto do agressor quanto da vítima e das testemunhas envolvidas. Entretanto, destacamos a necessidade de se repensar a correlação entre o bullying e a sua ocorrência entre pares. De acordo com as definições apresentadas, o bullying não se caracteriza por uma opressão entre professoras/es e estudantes, uma vez que não são considerados pares. Contudo, a psiquiatra Ana Beatriz Barbosa Silva (2010), autora do livro "Bullying: mentes perigosas nas escolas" apresenta a possibilidade do/a professor/a também ser o/a agressor/a quando humilha a/o estudante em frente a classe com apelidos, piadinhas e comparações e intimidações em relação à nota, por exemplo.

Entendemos que o mecanismo do bullying pode estar presente não só na sala de aula, mas também na sala das/os professoras/es e em todo e qualquer espaço de convivência. Em uma escola³ de Belo Horizonte ocorreu uma situação na qual um professor de artes, afeminado e assumidamente homossexual sempre escutava piadinhas e comentários maliciosos em relação a sua orientação sexual. A coordenação constantemente associava o mau comportamento das/os estudantes à postura do professor em sala de aula, uma postura mais liberal e não repressora como a supervisão gostaria. Um certo dia, quando o professor de artes foi reclamar pelo mal comportamento das/os estudantes em sala de aula, a supervisora disse ao professor: “Não adianta você exigir que os alunos tenham um bom comportamento na sua aula, é preciso que você tenha uma postura mais masculina, de homem na sala de aula”. Dessa forma, é possível perceber claramente o que Tognetta e Vinha (2008) apresentam quando falam do processo homogeneizador da escola, em todos os seus ambientes, exigindo assim uma postura cis heteronormativa de todos os profissionais envolvidos, desde a portaria até a sala da direção. Como resultado de todo esse processo, ao homogeneizar e não reconhecer as diferenças, as/os estudantes reproduzem essa normatização em todos os seus contextos,

³ Esta experiência foi vivida por um das/os autores do artigo. Preferimos não expor o nome da escola nem de nenhuma das pessoas envolvidas a fim de preservar as identidades.

dentro de sala de aula, no pátio da escola, na biblioteca, em casa com seus familiares, no transporte público e em outros espaços.

Brandão (1981) foi muito feliz ao afirmar que “ninguém escapa da educação!”. Sendo assim, é importante entender que a sala de aula é um ambiente em que a criança não escolheu estar e não tem consciência dos conflitos que enfrenta todos os dias. A escola como uma instituição importante no processo de socialização dos indivíduos não pode permitir que desde pequenas, as crianças já desenvolvam o preconceito em relação às diferenças. Entretanto, quando analisamos a formação das professoras e professores é possível perceber que não há um entendimento de que faz parte do currículo o entendimento sobre a importância de se valorizar as diferenças ou de prevenir e identificar o bullying, sendo um grande desafio para os cursos de licenciatura (GATTI, 2009).

A escola como um todo não está preparada para lidar com todas as diversidades que se encontram em seu espaço, um exemplo claro desse despreparo está na notícia que abriu este artigo, quando o aluno homossexual fora trocado de sala ao comunicar à direção que estava sendo vítima de bullying com motivação homofóbica. A direção ao entender que a solução do problema seria trocar o aluno de sala e não tratar da atitude homofóbica do colega reproduz o bullying e a opressão, não somente com os alunos envolvidos diretamente, como também para todos os outros alunos que testemunharam o processo e se identificam como homossexuais.

Apesar de se identificar que a homofobia contribui para o bullying, os pesquisadores da área não associam a orientação sexual como um possível fator de motivação para o bullying (POTEAT & ESPELARGE, 2005). Entretanto, Mishna e equipe (2008) indicam que entre as pessoas homossexuais, 84% já foram violentadas verbalmente, 25% fisicamente e 70% já experimentaram problemas na escola motivados por preconceito e discriminação pela orientação sexual. Esse tipo de bullying ocorre desde os anos iniciais da escola, mas é sub reportado uma vez que as pessoas têm vergonha em assumir que são vítimas de bullying por conta de sua orientação sexual. É um problema sério, que precisa de mais atenção dos profissionais da educação.

Durante a formação de professoras/es, em poucos momentos debate-se sobre a importância da/o professor/a utilizar sua postura como autoridade no intuito de trabalhar todo e qualquer ato de opressão que exista entre estudantes, não somente em sala de aula mas em todos os espaços da escola. Entendemos que todas/os nós, educadoras/es, temos um papel de grande importância no processo de formação acadêmica e cidadã de cada pessoa que nos entende



como professoras/es. Sendo assim, pensamos em uma proposta de intervenção nas escolas a fim de capacitar as/os profissionais envolvidos com a sala de aula para que a escola proporcione um lugar livre e confortável para pessoas homossexuais e tenha mais condições de educar para a democracia e cidadania.

2. Proposta de capacitação de professoras/es em relação ao Bullying com motivação homofóbica

Infelizmente, quando se pensa em relação às medidas em que as instituições de ensino têm tomado em relação ao bullying, as ações tem sido pontuais e superficiais, muitas vezes punindo os/as agressores/as, mas não problematizando seu comportamento. Transfere-se a/o estudante de turma, como apresentado no exemplo que abriu a sessão anterior, mas acaba revitimizandando a vítima, levando o problema comportamental para outras turmas e, em muitos casos, multiplicando ainda mais o bullying. (PINHEIRO, 2006)

No Brasil, um marco importante para o combate ao bullying, como uma violência sistemática no ambiente escolar, pode ser apontado pela aprovação da Lei 13.185 de 2015 que institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática, entendendo o bullying como:

... todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas (BRASIL, 2015)

Chamamos a atenção para o fato de que a lei não restringe o programa para o ambiente escolar, uma vez que não especifica o espaço onde a violência sistemática ocorre. Essa premissa possibilita que o preconceito e a discriminação seja, de alguma forma, reconhecida no dia a dia, como um todo, inclusive no ambiente digital. Contudo, institui o Ministério da Educação e das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação responsáveis pela execução da lei, chega a citar outros órgãos que se relacionam com a matéria, entretanto os órgãos de educação são apresentados em destaque. Um dos objetivos da lei se refere a capacitar docentes e equipes pedagógicas para a implementação das ações de discussão, prevenção, orientação e solução do problema, o que aponta o caráter de prevenção do problema e que pode sim ter efeito positivo no ambiente escolar. Entretanto, ações que combatem o preconceito são amplamente difundidas no ambiente escolar, como a lei 10.639 de 2003, um



importante marco na história das lutas antirracismo, o que não garante sua efetividade se a comunidade escolar não se envolver, como temos visto.

Quando falamos de prevenção ao bullying homofóbico, estamos de alguma forma trabalhando com o arcabouço dos Direitos Humanos na Educação. O que significa trabalhar uma educação voltada para a valorização e o respeito das diversidades na sociedade, começando pela sala de aula.

A educação em direitos humanos pode ser definida como um conjunto de atividades de educação, de capacitação e de difusão de informação, orientadas para criar uma cultura universal de direitos humanos. Uma educação integral em direitos humanos não somente proporciona conhecimentos sobre os direitos humanos e os mecanismos para protegê-los, mas que, além disso, transmite as aptidões necessárias para promover, defender e aplicar os direitos humanos na vida cotidiana. (NAÇÕES UNIDAS, 2006).

Dessa forma, a ONU nos ajuda a entender que uma educação em direitos humanos estimula atitudes, comportamentos e valores importantes para que cada ser humano possa se desenvolver e ter pleno acesso a seus direitos, tendo suas diferenças respeitadas e suas igualdades garantidas.

Andrade e Lucinda (2001) defendem a ideia de que a proposta das oficinas é trabalhar com uma ideia de educação relacionada ao fazer manual, a um processo de aprendizagem em que cada participante contribui para o processo e se estabelecem compromissos práticos a fim de impactar positivamente a sociedade.

Quando pensamos no formato dessa capacitação, ou material que será utilizado para a capacitação de professoras e professores não conseguimos deixar de pensar em outra metodologia que não sejam as Oficinas Pedagógicas.

A palavra oficina traz a ideia de um processo de aprendizagem dentro de um espaço artesanal, em que todas e todos participantes estão envolvidos na construção de um objeto ou de um saber. É um espaço compartilhado em que novas pessoas aprendem a fazer com pessoas já experientes. (ANDRADE & LUCINDA, 2001)

As oficinas se estruturam de uma forma em que uma coordenadora ou um grupo de facilitadores junto ao/à coordenador/a convidam a todas as pessoas participantes a se envolverem na temática por meio de 3 importantes momentos:



1º momento – Sensibilização: busca-se introduzir o tema proposto, identificando o conhecimento prévio das/dos participantes e a experiência sobre o tema já vivenciadas pelas pessoas presentes.

2º momento – Aprofundamento: esta é a etapa em que novos conceitos referentes à temática trabalhada serão apresentados. Outras fontes são oferecidas para que o debate seja cada vez mais rico. É importante destacar que “Em processos educativos promovidos junto a educadores populares, quanto mais o saber sistematizado (ou teorizado) estiver relacionado com a vivência prática dos sujeitos, mais facilmente os educandos se movem em direção ao conhecimento que se quer construir” (JARES 1999; GONZALES 1999 APUD ANDRADE& LUCINDA, 2001).

3º momento – Compromisso: Esta é uma das etapas mais importantes das Oficinas Pedagógicas e talvez um dos principais motivos pelo qual escolhi esta metodologia para desenvolver meu produto final. O compromisso é um momento em que todas as pessoas participantes da oficina estabelecem metas e tarefas a serem cumpridas no intuito de impactar positivamente a sociedade em relação à temática da oficina.

Outros 3 momentos ainda podem ser adicionados à oficina, de forma a potencializar os debates e a conquistar resultados ainda mais efetivos:

Memória: momento em que as pessoas que estiverem conduzindo as oficinas devem fazer um pequeno exercício junto aos participantes de recordar as principais aprendizagens com as oficinas já oferecidas ao grupo, até o presente momento. (SACAVINO; CANDAU; ANDRADE, 2014)

Celebração: nesta etapa pode-se oferecer uma música, uma dinâmica, uma atividade lúdica ou um vídeo que seja marcante positivamente, tornando o processo de aprendizagem ainda mais humano e interessante.

Avaliação: normalmente ocorre ao término de cada oficina. A pessoa participante tem a oportunidade de avaliar seu processo de aprendizagem, assim como o grupo avalia as ferramentas oferecidas em cada oficina e também as atividades propostas. (SACAVINO; CANDAU; ANDRADE, 2014)

Memória

O ideal é que cada oficina tenha a duração de 4 horas, e que não ocorram de forma pontual, ou seja, uma única vez, mas que seja oferecido um ciclo de oficinas para as pessoas participantes. Assim sendo, os resultados alcançados podem ser muito mais efetivos, uma vez que esse é um exercício, muitas vezes, de desconstrução de paradigmas e de valores que tem sido apreendidos durante muito tempo. Uma única oficina não consegue ser efetiva para essa desconstrução.

Apresentada a metodologia, as Oficinas Pedagógicas, achamos importante sugerir uma oficina cujo principal objetivo é despertar em todas as pessoas participantes um olhar diferenciado para as pessoas homossexuais e demais pessoas LGBTI que estão como estudantes dentro do ambiente escolar. Um olhar que possa identificar e prevenir possíveis opressões que estejam relacionadas à homofobia e à LGBTIfobia.

Objetivos da oficina: - Identificar as diferentes manifestações de bullying com motivação homofóbica no ambiente escolar. – Compreender o bullying com motivação homofóbica como um tipo de violência presente na escola – Propor estratégias para que a escola seja um ambiente agradável para pessoas LGBTs.

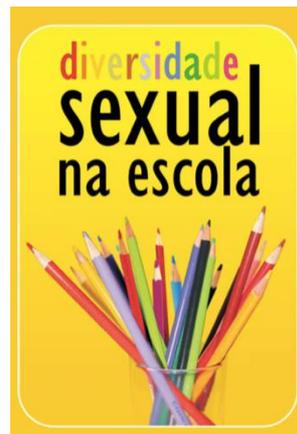
1º momento – Sensibilização (45 min): Documentário Se essa escola fosse minha.
<https://www.youtube.com/watch?v=NHJMDuhruz8&t=628s>.



Reproduzir o vídeo até 5m53s. Iniciar o debate questionando sobre o que chamou mais a atenção. Caso as seguintes questões não apareçam, sugerimos que a/o coordenador/a apresente ao grupo:

- Como é o dia a dia de uma pessoa homossexual na escola?
- Como perceber que uma pessoa tem sido vítima de bullying homofóbico?
- Você já enfrentou alguma dessas situações na sua escola?
- Como a sua escola trabalhou essa questão?

É importante que no fechamento do debate sobre o documentário a/o coordenador/a destaque as falas de pessoas trans que apareceram e deixar explícita a diferença entre homofobia e transfobia. Caso você tenha alguma dificuldade em trabalhar esses dois conceitos, sugerimos consultar o livro *Diversidade sexual na escola*, publicação coordenada por Alexandre Bortolini e publicada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.



2º momento – Aprofundamento (1h30m): A/o coordenador/a deverá explicar que dividirá as pessoas em grupos. Cada grupo deverá desenvolver duas tarefas:

- Ler em conjunto a reportagem proposta (<http://www.araraquaraneWS.com.br/v1/o-relato-chocante-de-um-estudante-vitima-de-violencia-homofobica/>) e destacar: qual a medida adotada pela escola afim de resolver o problema? Quais as consequências dessa decisão para as pessoas envolvidas no bullying: agressores, agredido, testemunha (alunas/os) e testemunha



(professoras/os)? Qual seria a melhor medida a ser adotada pela escola? É importante que cada grupo registre suas respostas em uma cartolina para apresentar a turma da oficina.

Leitura do texto: Diretrizes para uma Educação Sem Homofobia (http://www.novamerica.org.br/medh2/arquivos/Diretrizes_Homofobia.pdf) Indicamos a leitura dos itens 7,8 e 9 para discussão e apresentação dos pontos que mais chamaram a atenção do grupo.

Intervalo: 20 min

3º momento – Compromisso (1h): Cada grupo deverá confeccionar dois cartazes para serem colocados na sala dxs professorxs com uma mensagem para uma educação menos homofóbica. Indicamos 45 minutos para confeccionar os cartazes e 15 minutos para apresenta-los à turma.

4º momento – Avaliação (30min): A/O coordenador deverá questionar as/aos participantes quais foram os principais aprendizados com a oficina e o que será levado para a prática profissional de cada pessoa presente.

Pensar em oficinas para educadoras/es e pessoas envolvidas com a escola é importante uma vez que podemos multiplicar o trabalho de prevenção e identificação do bullying, já que essas/es profissionais anualmente entram em contato com um significativo número novo de estudantes. Focar nas/os estudantes seria de grande importância, entretanto, as/os estudantes têm um tempo já definido no ambiente escolar, dificultando assim a multiplicação do impacto esperado com o ciclo de oficinas.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, M., & LUCINDA, M. C. Oficinas pedagógicas em Direitos Humanos: uma aposta de formação política com grupos populares. In V. M. Candau, S. Sacavino (Orgs.). Educar em Tempos Difíceis: construindo caminhos (pp.253-272). Rio de Janeiro: 7 Letras. 2001



BORTOLINI, A. (Coord.). Diversidade sexual na escola. Rio de Janeiro: Pró-Reitoria de Extensão/UFRJ, 2008.

BRANDÃO, Carlos. O que é educação? São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRASIL. *Lei no 13.185, de 6 de novembro de 2015.* Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=09/11/2015&jornal=1&pagina=1&totalArquivos=96>. Acesso em: 03 de agosto de 2017.

ESTEVES, Pamela Suélli da Motta. “A escola não é um lugar fácil... não mesmo!»: bullying, não reconhecimento da diferença e banalidade do mal. 268 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2015.

GATTI, Bernadete A. *Formação de professores: condições e problemas atuais.* Revista Brasileira de Formação de Professores, Cristalina, v. 1, n. 1, p. 90-102, maio 2009.

HUMAN RIGHTS WATCH. Scared at School: Sexual Violence against Girls in South African Schools. New York, Human Rights Watch. 2001.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar. Rio de Janeiro: IBGE; 2015.

MISHNA, F., NEWMAN, P. A., DALEY, A., & SOLOMON, S. *Bullying of Lesbian and Gay Youth: A Qualitative Investigation.* The British Journal of Social Work 39, 1598–1614. 2009.

NAÇÕES UNIDAS. *Plano de ação Programa Mundial para educação em direitos humanos - Primeira etapa.* Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. Nova York e Genebra, 2006.

O GLOBO. Estudante diz que foi espancado por homofóbicos na porta da escola. [online] Disponível na Internet via <https://oglobo.globo.com/sociedade/estudante-diz-que-foi->

[espancado-por-homofobicos-na-porta-da-escola-18772546#ixzz4o903rifv](#). Acessado em 28 de julho de 2017.

POTEAT, V. P. and ESPELAG, D. L. *Exploring the relation between bullying and homophobic verbal content: The Homophobic Content Agent Target (HCAT) scale*. *Violence and Victims*, 20(5), pp. 513–28, 2005.

PINHEIRO, Paul. *World report on violence against children*. New York- United Nations. 2006.

SACAVINO, S. ; CANDAU, V. M. ; ANDRADE, Marcelo. *Educação em direitos humanos e bullying: oficinas para enfrentamento e prevenção*. 2. ed. Rio de Janeiro: Novamerica, 2014. 215p

SILVA, A. B. B. *Mentes perigosas nas escolas: bullying*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

TOGNETTA, L.R.P.; VINHA, T.,P. *Estamos em conflito, eu comigo e com você: uma reflexão sobre o bullying e suas causas afetivas*. In: CUNHA, J.L.; DANI, L.S.C.: *Escola, conflitos e violências*. Santa Maria: Ed. Da UFSM. ISBN 9788573911107